

Brasília, 1º de dezembro de 2022.

Aos
Grupos de Trabalho
Comunicação Pública e Cultura
Equipe de Transição do Governo Federal
Brasília, DF

A Associação Brasileira de Televisão Universitária - ABTU, entidade sem fins lucrativos que há 22 anos congrega televisões universitárias presentes em todo o território brasileiro vem, por meio desta, apresentar suas demandas ao Grupo de Trabalho de Comunicação Pública da Equipe de Transição do novo governo eleito.

Ratifique-se que, atualmente, foi identificado um total de mais de 180 emissoras e produtoras universitárias de conteúdo, a partir de levantamento feito pelo MAPA 4.0 das TVs universitárias da ABTU, de 2021. Esses canais apresentam estruturas diferenciadas, mas que já fizeram toda diferença na capilarização do conhecimento, na divulgação científica, no combate às fake news e ao negacionismo.

Nossa expectativa é a de abrir um canal de diálogo permanente que possibilite a construção conjunta de mecanismos que apoiem a construção de um país democrático, orientado para a educação, a ciência e a tecnologia, e a difusão do conhecimento. , responsável por grande parte da produção de conteúdo audiovisual de caráter científico veiculado não só em suas grades de programação, mas também nas grades de programação de grandes emissoras comerciais e públicas de outras esferas que se valem da qualidade, seriedade e relevância destas produções.

Outrossim, é fato que, a despeito de sua ampla contribuição e sua presença capilarizada em todo o território nacional, o segmento das TVs Universitárias carece de maior reconhecimento - inclusive formal - que lhe permita avançar de forma sustentável na sua missão.

Desta forma, tomando como base a essência do trabalho desses ilustres GTs e sua proposta de retomar o processo de plena democratização e inclusão no sistema público de rádio e teledifusão pública, listamos, abaixo, algumas pautas prioritárias para o segmento que representamos.

No que diz respeito à representação nas esferas regulamentação e fomento, apontamos, abaixo, alternativas que podem incluir o segmento das Televisões Universitárias como beneficiárias:

1. Retomada do PRODAV das TVs Públicas, resgatando seu formato original, incluindo as ações de qualificação dos gestores das TVs;
2. Recriação do Conselho Curador da EBC e garantia de assento de representação do segmento das TVs Universitárias;
3. Inclusão de representação do segmento das TVs Universitárias no Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual;
4. Criação de um grupo de trabalho no âmbito da Ancine para revisão das instruções normativas referentes à regulação e ao acesso ao fomento pelas TVs Universitárias em suas várias conformações jurídicas;
5. Tratamento diferenciado às TVs Universitárias nos diversos instrumentos de financiamento ao audiovisual;
6. Estabelecimento de um percentual obrigatório para a participação das TVs Universitárias nos planos de mídia gerenciados pela Secom.

Outra preocupação latente no segmento é a forma pouco transparente com a qual se administra a questão das concessões públicas de teledifusão, incluindo as chamadas “concessões educativas”. Por isso propomos a inclusão formal da citação das Televisões Universitárias em atos que regulamentam as concessões dessa natureza e, também, de outras potenciais janelas de exibição de conteúdo, conforme sugestões abaixo:

1. A regulamentação formal do segmento das TVs Universitárias como prioritário nas concessões educativas no chamado Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre;
2. A regulamentação da exploração de um dos subcanais nas operações de multi programação das TVs legislativas e educativas, assim como outras concessões públicas estatais, muitos dos quais atualmente vagos ou subutilizados pela transmissão de sinal de rádios legislativas;
3. Participar na discussão da regulamentação dos serviços OTTs;

4. Revisão da Lei do Cabo para garantia de igualdade de condições de distribuição dos canais de acesso público em relação aos canais comerciais, à semelhança do conceito de neutralidade de rede previsto no Marco Civil da Internet;
5. Regulamentação para a operacionalização de uma cabeça de rede para ocupar o espaço reservado às televisões universitárias nas empacotadoras de TV paga, incluindo as operadoras de DTH;
6. Incentivar a inclusão de uma plataforma de difusão de conteúdo universitário no sistema operacional instalado nos televisores fabricados no Brasil, a exemplo do que já é feito para grandes players internacionais como Youtube e Netflix.

Entendemos que a pauta é ampla e diversa, mas representa, de certa forma, a negligência histórica com um setor que não só emprega um grande número de profissionais da comunicação, como também é responsável pela formação da absoluta maioria daqueles que hoje atuam nos grandes veículos de imprensa eletrônica dos demais segmentos da teledifusão brasileira.

Sem mais, reafirmamos nossa estima pela disposição em estabelecer esse espaço de diálogo que, cremos, beneficiará e fortalecerá os valores da democracia.

Cordialmente,



Fabiano Pereira

Diretor Presidente

Associação Brasileira de Televisão Universitária